

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

William Velozo Francioni

**A TRADUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA  
SINGWRITING COMO FORMA DE PERTENCIMENTO SOCIAL**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).  
Orientador: Prof.<sup>a</sup> Ms. Carla Couto de Paula Silvério

Juiz de Fora  
2019

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **William Velozo Francioni**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número **201773107A**, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **A TRADUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA SINGWRITING COMO FORMA DE PERTECIMENTO SOCIAL**, desenvolvido durante o período de fevereiro de 2019 a maio de 2019 sob a orientação da Profª Ms. Carla Couto de Paula Silvério, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 31 de Maio de 2019.

---

**WILLIAM VELOZO FRANCIONI**

**Marcar abaixo, caso se aplique:**

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( x ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

# A TRADUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA SINGWRITING COMO FORMA DE PERTENCIMENTO SOCIAL

William Velozo Francioni<sup>1</sup>

## RESUMO

No presente artigo será abordado um pouco sobre a história do método SignWriting de escrita de línguas de sinais, bem como suas características fundamentais. Buscaremos uma reflexão acerca da importância desse sistema como forma de inclusão da população surda que, através dele, não precisa mais ser obrigada a utilizar a escrita das línguas orais, ampliando assim, as possibilidades de escrita. Trataremos também do exemplo prático da tradução do hino nacional brasileiro (abordando os procedimentos técnicos utilizados na tradução) da escrita em língua portuguesa para a escrita em língua de sinais, o que se configura como um instrumento importante para o sentimento de pertencimento e identidade dos surdos no exercício da cidadania.

**PALAVRAS-CHAVE:** Língua Brasileira de Sinais. Libras. SingWriting.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo, apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, visa refletir sobre a importância do sistema SignWriting de grafia da língua de sinais, tomando como exemplo prático a tradução do hino nacional brasileiro, da língua portuguesa para a língua de sinais em sua modalidade escrita, algo que consideramos importante para a noção de pertencimento e identidade dos surdos no Brasil, no exercício da cidadania.

É notório o fato de que há uma produção de texto escrito (tradução ou produção) aquém à necessária para que as pessoas surdas no Brasil tenham acesso satisfatoriamente à leitura e, com isso, a própria ideia de inclusão fica comprometida, uma vez que o indivíduo não é um ser completo em todas as suas dimensões psíquico-física-social (Durkheim). A Psicologia Social Crítica nos dá uma contribuição através dos estudos de Vigotski (2001), que compreende a subjetividade humana como sendo de contribuição sócio-histórica, com os sujeitos sendo determinados e, ao mesmo tempo, determinantes da sua história. Para o contexto brasileiro, em relação aos grupos minoritários, deve-se exigir a produção de um conhecimento que amplie a mera descrição da realidade social, e que, fundamentalmente, assuma o papel de contribuir com a transformação social.

Doyal e Gough (1994), ao apresentarem sua teoria e estabelecerem critérios de objetivação e universalização dos fatores que são essenciais para a vida de todos os sujeitos a qualquer tempo, inserem nos grupos das necessidades elementares aquelas que não são apenas materiais, mas também psicológicas e simbólicas. Para os autores, necessidades elementares e universais não são apenas o alimento e o abrigo, mas, principalmente, a necessidade de participar de alguma forma da vida na sociedade.

Diante disso, além de uma questão técnica, deve-se destacar o papel social que a tradução interlingual tem para os indivíduos que necessitam de instrumentos além da língua falada para se comunicarem e, com isso, ter o sentido de pertencimento a um determinado grupo social. Aristóteles no Livro 1 de “Política” caracteriza o homem como um *Zóon politikon*, um ser político ou social, em que tem capacidade para viver em sociedade e, ao mesmo tempo, precisa desta para se manter vivo, se desenvolver e se comunicar, uma vez que, mesmo estando o indivíduo solitário, ele leva consigo a sociedade, pois os seus hábitos, gestos, ideias, visão de mundo são aprendidos a partir de seu contato com a mesma. Assim, as traduções para a língua de sinais escrita permitem que os indivíduos façam parte de uma coletividade, dividindo o que os alemães chamam de *Zeitgeist*, ou seja, o espírito de um povo, a sua cultura (SANCHEZ JR, 2007). Em outras palavras, “a tradução é uma forma de divulgar e aproximar culturas e contextos históricos” (ZIPSER, 2008, p. 8).

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: w.francioni@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Prof.ª Ms. Carla Couto de Paula Silvério.

Dessa forma, esse trabalho busca perceber que o ato de tradução para língua do surdo condiz com valores éticos e morais que vem se desenvolvendo há mais de um século: os direitos humanos que, quando são positivados, isto é, registrados em leis ou constituições, passam a ser chamados de direitos fundamentais. Assim, a preocupação com a dignidade da pessoa humana, como consta nos “Princípios Fundamentais”, Artigo 1º, inciso III da constituição da República Federativa do Brasil de 1988, principalmente a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e com a criação de organizações e instituições como a ONU e UNESCO envolve também a inclusão, a liberdade, a igualdade entre os indivíduos e perante o Estado. Com isso, a tradução do Hino Nacional<sup>2</sup> - símbolo oficial da República Federativa do Brasil – é um dos meios pelos quais é possível contribuir com a cidadania, identidade e ideia de pertencimento dos cidadãos surdos no Brasil.

## 2. COMUNIDADE SURDA E SUA LÍNGUA

As discussões a respeito de surdez vêm se ampliando na história recente por diversos profissionais envolvidos com educação de surdos e também por estudos desse tipo que vêm sendo desenvolvidos dentro da própria comunidade surda. No entanto, as dificuldades encontradas na inclusão e inserção dos surdos no ambiente escolar e na sociedade de um modo geral ainda são muitos (DIZEU & CAPORALLI, 2005, p. 584).

No caso específico do Brasil, foi somente em 2002, com a promulgação da Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), que se reconheceu a Libras como língua oficial dos surdos no Brasil. A partir dessa lei e de sua regulamentação dada pelo Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), houve mudanças significativas em benefício das comunidades de surdos no país.

É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas no Brasil (BRASIL, 2002).

A partir dessa Lei Federal (BRASIL, 2002), foi reconhecido o uso da Libras como um direito da pessoa surda. E o Decreto (BRASIL, 2005) que deu sua regulamentação trouxe como definição de pessoa surda aquela que, a despeito da perda auditiva, é capaz de compreender o mundo e interagir nele através de experiências visuais (ALVES & FRASSETO, 2015, p. 212).

Ainda existe, no imaginário coletivo, a ideia que a língua de sinais é basicamente mímica, gestos avulsos usados para facilitar a comunicação. No entanto, a língua de sinais é complexa e é gramaticalmente estruturada pelos vários níveis linguísticos, com fonética e morfologia próprias, além de sintaxe e semântica. O que a torna diferente das outras línguas, é o fato de não ser oral, mas visual-espacial. A complexidade é tão grande, que não há uma língua de sinais universal, cada país possui a sua própria língua de sinais e, assim, como acontece nas línguas orais, também está sujeita a presença de regionalismos, de modo que não há uma padronização nem mesmo em nível nacional, assim como acontece com as diferenças de vocabulário que existem nas diversas regiões do país (ALVES & FRASSETO, 2015, p. 212).

A língua de sinais é considerada a língua materna dos surdos, pois é essa língua que “a criança surda adquire de forma espontânea sem que seja preciso um treinamento específico” (DIZEU & CAPORALLI, 2005, p. 584). Ainda assim, em uma sociedade em que imperam as línguas orais, todas as outras formas de comunicação são consideradas inferiores. Mesmo entre os profissionais que trabalham com surdos, ainda há muitos que consideram a língua de sinais apenas como uma forma de comunicação, sem o status de língua, muito embora esse status já tenha sido reconhecido em lei (DIZEU & CAPORALLI, 2005, p. 584-585).

Como consequência do predomínio dessa visão oralista sobre a língua de sinais e sobre surdez, o surdo acaba não participando do processo de integração social. Embora a premissa mais forte que sustenta o oralismo seja a integração do surdo na comunidade ouvinte, ela não consegue ser alcançada na prática, pela grande maioria de surdos. Isso acaba refletindo, principalmente, no desenvolvimento de sua linguagem, sendo então o surdo

<sup>2</sup> Art.13. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil

§ 1º São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e os selos nacionais.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios. (CRFB/1988)

silenciado pelo ouvinte, por muitas vezes não ser compreendido (DIZEU & CAPORALLI, 2005, p. 585).

Por conta disso, é que se entende a necessidade de que as pessoas surdas se desenvolvam como sujeitos e interajam no mundo inseridas em uma língua que lhes seja própria e natural, a língua de sinais. É nesse sentido que se dá a importância do sistema *SignWriting*, do qual trataremos a seguir, como mais uma ferramenta no processo de inclusão de inserção social das comunidades surdas.

### 3. SIGNWRITING: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS

Por conta das diferenças existentes entre as línguas faladas e as línguas de sinais e da dificuldade de expressar com símbolos línguas que são tridimensionais, durante muito o entendimento dos estudiosos era de que era impossível escrever as línguas de sinais. Assim, como uma tentativa de vencer a falta de caracteres que pudessem representar, no papel, de maneira adequada o que era expressado através dos sinais, uma série de sistemas foram desenvolvidos no decorrer da história. (BARROS, 2016, p. 5-6).

Entre os sistemas desenvolvidos, destaca-se o de William C. Stokoe, um pesquisador que, na década de 1960, foi o primeiro linguista a desenvolver uma pesquisa sistemática a respeito das línguas de sinais, criando um método para descrever essas línguas. Um dos méritos de seu trabalho foi o de conseguir quebrar o paradigma pelo qual se acreditava que as línguas de sinais não eram línguas naturais. Seu método, sistema Stokoe “é constituído por um conjunto de símbolos e regras de escrita, definidos para representar os diversos aspectos fonético-fonológicos das línguas de sinais, abrangendo três dos cinco parâmetros gramaticais necessários para a realização de uma palavra em Libras” (DALLAN & MASCIA, 2010, p. 3-4).

Além de Stokoe, podemos citar outros pesquisadores que também se dedicaram a tentativas de desenvolver métodos para escrita de línguas de sinais: François Xavier Neve, por exemplo, desenvolveu uma notação que era derivada da de Stokoe, embora um pouco mais complexa; o Hamnosys, por sua vez, foi um método desenvolvido na Alemanha no ano de 1989 e “possui símbolos visualmente mais próximos das características reais das formas das mãos, mas há limitações quanto à representação das expressões não manuais e a escrita ainda é linear” (BARROS, 2016, p. 6); e, ainda, um sistema criado para a língua de sinais francesa, o D’Signe de Paul Jouison, que tinha a intenção de ser não só um método de notação, mas uma forma de escrita voltada para o uso comum (BARROS, 2010, p. 6).

Embora todos esses sistemas citados acima tivessem uma preocupação em se representar todos os parâmetros de um sinal de maneira adequada, o que se percebe é uma linearidade em sua forma de apresentação, como cada parâmetro aparecendo separadamente, diferente do que acontece na sinalização, quando todos os aspectos acontecem simultaneamente. Há ainda o problema de que alguns desses sistemas que citamos anteriormente utilizam símbolos pertencentes a alfabetos de línguas orais (BARROS, 2010, p. 6).

Em 1972, Valerie Sutton, dançarina estadunidense, durante um período em que passou na Universidade de Copenhague (Dinamarca) grafando balés tradicionais através do sistema *DanceWriting*<sup>3</sup>, por ela desenvolvido com o objetivo de registrar os passos de dança, despertou a atenção de pesquisadores das línguas de sinais, que viram no *DanceWriting* uma possibilidade para se fazer a notação das línguas não orais. Foi assim que surgiu a primeira iniciativa para grafar as línguas de sinais, o *SignWriting*<sup>4</sup>. “De sistema escrito à mão, passou-se a um sistema passível de ser escrito no computador, com um programa, o *Signwriter*, criado dentro do próprio movimento Sutton para grafia das línguas de sinais (DALLAN & MASCIA, 2010, p. 4). O *SignWriting* não foi o primeiro sistema de escrita de sinais, mas o único que conseguiu representar expressões faciais e a postura gestual, elementos necessários para comunicação em língua de sinais.

A língua de sinais até pouco tempo era considerada ágrafa, usuários da língua no Brasil não tinham como escrever em sua própria língua, e eram obrigatoriamente a escrever em sua língua secundária, ou seja, a língua portuguesa, e encontravam muitas dificuldades de expressão, e a produção escrita de surdos era quase que inexistente, limitando-se à comunicação básica efetuada com dificuldade.

Foi somente em 1996 que o *SignWriting* desembarcou no Brasil, quando o professor doutor Antônio Carlos da Rocha Costa, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Porto Alegre, descobriu que essa escrita poderia vir a ser utilizada por meio de um computador. DALLAN & MASCIA (2010, p. 4-5) apontam para alguns

<sup>3</sup> *DanceWriting*: escrita da dança, técnica de escrita utilizada para marcar movimentos de dança.

<sup>4</sup> *SignWriting*: escrita da língua de sinais

aspectos do desenvolvimento do *SignWriting*, que, segundo elas, apresenta características de evolução semelhantes às da escrita alfabética, pois, no princípio de seu uso, não havia uma padronização e cada pessoa escrevia um sinal da forma como acreditava que aquele sinal deveria ser escrito, de forma mais ou menos detalhada. Segundo as autoras, foi somente em 1998 que se discutiu, no Brasil, a possibilidade de padronização para a escrita dos sinais.

[...] processo semelhante aconteceu com a língua inglesa, quando esta começou a ser escrita. Cada pessoa escrevia a palavra de acordo com o som que ouvia, porém com a grafia que considerasse ser a correta, processo este que teve fim com o surgimento da imprensa. Com o estabelecimento de normas referentes à ortografia, passou-se a escrever de forma socialmente convencionada” (DALLAN & MASCIA, 2010, P. 4-5).

Como forma de tornar público o *SignWriting* no Brasil, os pesquisadores Fernando Cesar Capovilla e Walkiria Duarte Raphael (2001) desenvolveram o Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira, que contém além de diversas explicações sobre o sistema, também contém a grafia em escrita de sinais de cada termo em português e é de fundamental importância para a divulgação do *SignWriting*.

O trabalho de Dallan e Mascia (2010) trazem alguns aspectos importantes sobre o sistema *SignWriting*. Segundo as autoras:

Ao contrário da ilustração analógica (receptiva, a escrita *SignWriting* é feita a partir do ponto de vista do sinalizador: na perspectiva expressiva, como se o leitor estivesse atrás do sinalizador, facilitando assim enormemente a leitura. As expressões faciais também são escritas na perspectiva expressiva. [...] Os sinais são escritos na vertical, de cima para baixo. [...] A forma manual, que é o principal parâmetro para configuração de um sinal é descrita. [...] A expressão fisionômica e a expressão do olhar podem ser descritos em detalhes, através de setas com configuração pré-determinada pela idealizadora do sistema. Os pontos de contato auxiliam a determinar o tipo de aproximação em relação ao próprio ponto de contato do corpo. [...] Eixos imaginários, onde ocorre o movimento, geram as setas de direção, baseadas nos parâmetros de horizontalidade (XZ), verticalidade (YZ) e profundidade (XY), ou frontal (DALLAN & MASCIA, 2010, p. 6-7).

Um aspecto importante sobre o sistema *SignWriting* é que ele consegue preservar todos os cinco parâmetros da Libras no que diz respeito à execução dos movimentos (DALLAN & MASCIA, 2010, p. 7):

[...] configuração da mão; ponto de articulação, podendo esta estar em um espaço neutro fora do corpo do sinalizador ou ancorado ao próprio corpo; movimentos existentes ou não, inclusive existindo possibilidade de demarcação e velocidade e concomitância ou não das mãos na hora da realização do sinal; orientação/direcionalidade; expressões faciais e corporais (indicando inclusive marcações para os olhos, sobrancelhas, língua, etc.

Forcadell, Frasson & Forcadell (2016, p. 198) afirmam que o sistema *SignWriting* é considerado hoje como uma importante ferramenta de suporte para a educação de surdos e seu desenvolvimento cognitivo, por conta da similaridade que há entre os símbolos gráficos e a própria sinalização. Eles advertem, no entanto, que o sistema ainda pouco conhecido e utilizado pela população surda.

Os autores ainda ressaltam que a escrita de sinais é de grande importância para que o surdo possa se expressar e manifestar suas ideias com facilidade através da escrita, possibilidade que era limitada quando os surdos precisavam se expressar por meio da escrita de sua segunda língua que, no caso específico do Brasil, é a língua portuguesa (FORCADELL, FRASSON & FORCADELL, 2016, p. 199).

A escrita de sinais pautada nos determinantes do sistema *SignWriting* age como um reflexo da língua sinalizada no papel. Assim, o surdo tem a possibilidade de receber as informações em Libras elaboradas pelo intérprete ou pelo professor de língua de sinais e reproduzir essas informações na escrita do que visualizou. O conteúdo dessa forma 'sinalizada' é registrado no papel e o que está escrito é decodificado pelas mãos e pelo corpo, como um processo de leitura (FORCADELL, FRASSON & FORCADELL, 2016, p. 199).

Ainda segundo os autores, as maiores dificuldades encontradas pelas pessoas que fazem da Libras ficam mais evidentes quando elas recebem informações na língua de sinais e precisam fazer a transcrição para

a língua portuguesa. É por esse motivo que muitos educadores bilíngues defendem que os estudantes surdos devem receber os conteúdos escolares em língua de sinais, porque, segundo eles, “o sucesso escolar dessa minoria linguística depende da aquisição da língua de sinais como primeira língua” (FORCADELL, FRASSON & FORCADELL, 2016, p. 199).

Hoje a escrita de sinais possui um sistema muito complexo de escrita, e que segue as regras gramaticais da língua de sinais na modalidade falada. O *SignWriting* hoje faz parte inclusive da grade curricular do curso de bacharelado em tradução-letas libras da Universidade Federal de Santa Catarina.

Isso é fato importante porque é fato notório que a leitura é uma atividade importante na vida de uma pessoa, pois através dela nós estimulamos à criatividade, o desenvolvimento pessoal, a cognição, raciocínio lógico e outros aspectos da vida do indivíduo.

#### 4. TRADUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO

Através do Hino Nacional Brasileiro, escrito no final do século XIX e finalizado no começo do século XX, avaliaremos um pequeno trecho da letra, traduzido da língua portuguesa para língua de sinais escrita.

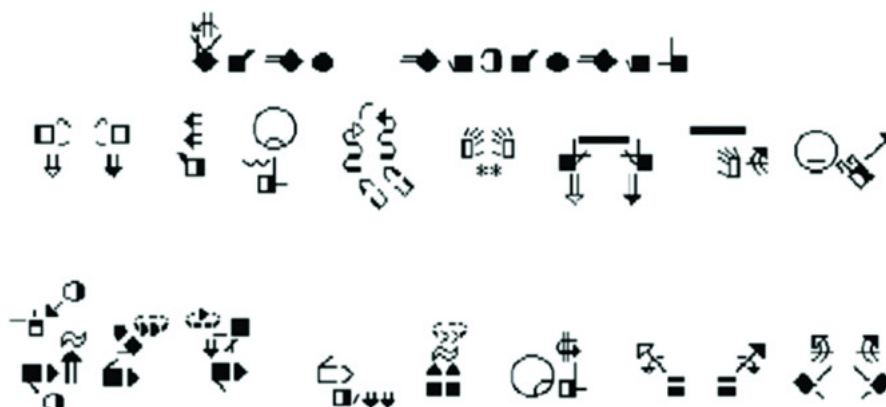
Trecho do hino nacional brasileiro em língua portuguesa:

“Ouviram do Ipiranga as margens plácidas  
De um povo heroico o brado retumbante  
E o sol da liberdade, em raios fúlgidos  
Brilhou no céu da pátria nesse instante

Se o penhor dessa igualdade  
Conseguimos conquistar com braço forte(...)<sup>5</sup>

Trecho do hino nacional brasileiro em SingWriting (língua sinais escrita):

Figura 1 – Hino Nacional Brasileiro em SingWriting



Fonte: SUTTON, sem data. Lodenir Becker Karnopp<sup>6</sup>

<sup>5</sup> Disponível no endereço eletrônico: <<http://www2.planalto.gov.br/conheca-a-presidencia/acervo/simbolos-nacionais/hinos/hino-nacional-brasileiro-1>>. (Acessado em 22/01/2017)

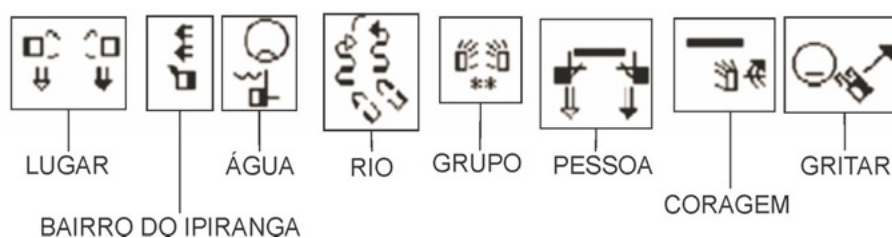
<sup>6</sup> Produzido por Lodenir Becker Kernop

#### 4.1 Reflexões sobre os procedimentos técnicos da tradução

A tradução interlingual, língua portuguesa para língua de sinais na modalidade escrita do hino nacional, envolve atividades humanas e estratégias mentais e cognitivas na transferência de significados de um código linguística para o outro. Segundo Heloisa Gonçalves Barbosa, em seu livro “Procedimentos Técnicos da Tradução” (2004), há treze categorias de procedimentos, são eles: tradução palavra por palavra ou literal, transposição, modulação, equivalência, omissão e explicação, adaptação, compensação, reconstrução de períodos, melhorias, explicação e decalque e acréscimo.

A fim de exemplificar através de um trecho do Hino Nacional pátrio, a tradução palavra por palavra segue a mesma ordem sintática, e na primeira parte o processo de construção possui diferentes estruturas, sinais descritivos que no texto não existem. Além disso, também constam algumas adaptações, explicações e estruturas de equivalência, para melhor compreensão, pois a língua de sinais não usa nota de rodapé.

Figura 2 – Trecho do Hino Nacional Brasileiro em *SignWriting*



Fonte: SUTTON, sem data.<sup>7</sup>

Logo mais, na segunda parte do texto traduzido, o autor procura narrar com exatidão, apenas adequando a narrativa na língua de sinais, tirando o enfoque do lugar e transferindo para os personagens da narrativa, procedimento de omissão vs explicação, característica gramatical da língua de sinais.

Figura 3 – Trecho do Hino Nacional Brasileiro em *SignWriting*



Fonte: SUTTON, sem data.<sup>8</sup>

#### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo o filósofo alemão Axel Honneth (2009), a idade do indivíduo é constituída pelo reconhecimento intersubjetivo em três esferas: na esfera do amor, nas relações pessoais com vínculo afetivo; na esfera jurídica-moral, nas relações em direito e autorrespeito; e na esfera da estima social, nas relações de solidariedade. Em oposição a estas três esferas de reconhecimento, existem três maneiras de não-reconhecimento, são elas a violação, a privação de direitos e a degradação.

<sup>7</sup> Traduzido pelo autor

<sup>8</sup> Traduzido pelo autor



No presente artigo pudemos perceber os avanços no que diz respeito ao reconhecimento do indivíduo surdo, primeiro a partir da legislação que reconheceu a Libras como a língua oficial da comunidade. Depois apresentamos um novo avanço que veio para contribuir com o processo de reconhecimento e pertencimento social do indivíduo surdo, que foi o desenvolvimento do sistema *SignWriting* para a escrita das línguas de sinais. Para a comunidade surda, poder escrever a língua de sinais é um enorme avanço, inclusive no campo do ensino e aprendizagem, mas também contribui para que esses indivíduos possam expressar suas ideias na língua escrita de uma forma que lhe é mais natural do que a escrita da língua portuguesa, considerada a segunda língua para os surdos no Brasil. Por fim, vimos o exemplo de trechos do Hino Nacional Brasileiro traduzido para a língua de sinais e escrito através do sistema *SignWriting*.

Talvez para o senso-comum a tradução do Hino Nacional para a língua de sinais seja algo corriqueiro ou ainda não tenha alguma eficácia, no entanto, para o surdo há uma relação além da questão fática, ou seja, não apenas da tradução por si, mas o efeito simbólico que gera em torno da pessoa surda, produzindo uma identidade cultural e social, se localizando em um “mundo”, em uma “comunidade”. Com isso, a tradução do hino nacional brasileiro deve ser vista como um “fato social total” no qual tudo se mistura: o indivíduo, a sociedade, identidade, cultura, questões políticas e outras esferas que compõem a sociedade complexa atual. Consideramos que, simbolicamente, a tradução do Hino Nacional é mais um passo no reconhecimento, uma contribuição para a construção da noção de pertencimento do surdo no exercício da cidadania.

Diante disso, pensamos serem importantes ações cada vez mais intensas no que tange à tradução de elementos que corroborem o fortalecimento da identidade cultural e social do indivíduo. É importante destacar que essas práticas permitem que valores básicos como acesso à informação, igualdade, respeito ao indivíduo e, englobando, a dignidade da pessoa humana atinja a essa minoria. O Estado precisa dar o exemplo para que setores privados também se disponham a realizar traduções para língua de sinais escrita que não visem relações comerciais e capitalistas, mas também o bem-estar de grupos sociais minoritários.

## REFERENCIAS

ALVES, Elizabete Gonçalves; FRASSETO, Silvana Soriano. Libras e o desenvolvimento de pessoas surdas. In: **Aletheia** 46, p. 211-221, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n46/n46a17.pdf>>. Acesso em 27 de maio de 2019.

BARBOSA, Heloisa Gonçalves; **Procedimentos técnicos da tradução: uma nova proposta**. 2º ed. Campinas, Pontes, 2004.

DALLAN, Maria Salomé Soares; MASCIA, Márcia A. A. A escrita de Libras (SignWriting): um olhar para o desenvolvimento linguístico e para a formação do professor de línguas. In: **Anais do III Congresso Latino-Americano de Formação de Professores de Línguas**. Universidade de Taubaté, São Paulo, Brasil, ocorrido entre os dias 4 e 6 de novembro de 2010.

DIZEU, Liliene Correia Toscano de Brito; CAPORALLI, Sueli Aparecida. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. In: **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 583-597, Maio/Ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a14v2691.pdf>>. Acesso em 27 de maio de 2019.

DOYAL, L.; GUOGH, I. **Uma teoria de las necesidades humanas**. Trad. José Antonio Moyano; Alejandro Colás. Barcelona; Icaria Fuhem, 1994.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed.34, 2009.

SANCHEZ Jr., Sami. **Um Olhar Antropológico sobre O Patrimônio Cultural: Sentido, Significado e Ressignificação do Museu Mariano Procópio (MMP)** (dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais-UFJF), 2007.

SUTTON, V. **Lições sobre o SignWriting: um sistema de escrita para língua de sinais**. Tradução: Marianne Rossi Stumpf - Tradução Parcial e Adaptação do Inglês/ASL para Português LIBRAS do livro “Lessons in

SignWriting”, de Valerie Sutton, publicado originalmente pelo DAC – Deaf Action Committe for SignWriting. Disponível em: <<http://www.signwriting.org/archive/docs5/sw0472-BR-Licoes-SignWriting.pdf>>. Acesso em 29 de maio de 2019.

VIGOTSKY, L. S. **Psicologia Pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ZIPSER, Meta Elisabeth. **Introdução aos estudos de tradução**. Meta Elisabeth Zipser, Silvana Ayub Polchlopek. – Florianópolis: LLE/CCE/UFSC, 2008.